

ORIGEM E FUNDAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (II).

(Continuação).

CAPÍTULO II

A LUTA PELAS TERRAS DOS ÍNDIOS.

Os primeiros anos da República caracterizaram-se por uma aceleração do avanço fronteiriço, através do país inteiro. Grandes áreas de terras potencialmente produtivas foram tiradas à força dos índios, os quais durante o longo governo de D. Pedro II tinham ficado em relativa paz. Tal marcha colonizadora para o Oeste, com exceções na região amazônica e em São Paulo, não representava uma penetração tão rápida ou profunda do interior como as comissões de limites, as ferroviárias e telegráficas, e as expedições etnológicas e geográficas já descritas. Não obstante, as injustiças cometidas eram muito maiores, e mais feroz a resistência da população nativa, nas regiões até agora não conquistadas. A ocupação irresistível das terras de caça dos índios pelo branco, assim como a exploração e o deslocamento ou extermínio dos seus antigos ocupantes significavam a destruição de um modo de vida e o colapso de uma cultura primitiva que tinha passado intacta pelo período colonial e pela primeira metade do século da Independência.

Seringueiros na Amazônia.

As mais extensas destas invasões de território indígena deram-se na floresta tropical do norte do país. Ali, já em 1877, com o aparecimento de uma seca prolongada no Ceará, mestiços provenientes do interior ressecado do Nordeste começavam a movimentar-se em direção ao Oeste, às florestas amazônicas, onde havia produção de borracha. Secas intermitentes durante o resto do século XIX e a primeira década do atual contribuíam para a manutenção de tal padrão migratório.

Porém, uma isca maior ainda do que a sêca, provocando a colonização ao longo do rio Amazonas e dos milhares de quilômetros de seus rios tributários, foi o aumento espetacular do preço da borracha crua durante este mesmo período. O advento da mania da bicicleta nos Estados Unidos, na década de 1890, seguida pela invenção do automóvel e uma utilização maior da borracha em outros produtos, criou uma procura pesada para este material que podia ser satisfeita apenas pelas selvas tropicais da América do Sul. Uma baixa no preço do latex ocorreu no fim de 1906, mas foi controlada em 1908, sendo que a prosperidade da borracha continuaria ainda até 1910, quando finalmente a espiral vertiginosa dos preços entrou em colapso, frente à produção mais econômica de latex nas plantações de seringueiras, introduzidas no Oriente, por volta de 1900.

Sob as influências conjuntas das sêcas no Nordeste, depois de 1877, e da procura crescente de seringueiros, depois de 1890, dezenas de milhares de trabalhadores mudaram-se para as florestas amazônicas — especialmente para o território do Acre, descrito no capítulo I. Talvez em nenhum lugar do Brasil o crescimento da população foi tão intenso durante as primeiras duas décadas da República, como foi naquela região distante, a 4.000 quilômetros ao oeste do Recife, ao longo das águas tributárias dos rios Purús e Juruá (1). Calcula-se o número de imigrantes que entraram nas florestas de seringueiras do Brasil setentrional, durante uma fase de prosperidade da borracha, em mais ou menos vinte mil por ano (2).

O seringueiro demarcava, cada um por si, o seu território, distante do último povoado duas horas ou mais de canoa, rio acima (3). Ali construía uma pequena barraca para si ou, em alguns casos, para a família que trouxe consigo. Quando só, às vezes forçava uma moça índia a participar de sua existência miserável, e isto, por si só, era suficiente para antagonizar a população nativa. Muitos seringueiros, além disso, enfureceram as tribos geralmente pacíficas da região amazônica, forçando-as a obter quantidades certas de latex e entregá-las, sem fal-

(1). — Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, 3a. edição (São Paulo, 1938), págs. 123-124. Vide também John Melby, *Rubber River: An Account of the Rise and Collapse of the Amazon Boom*, *Hispanic American Historical Review*, XXII (agosto de 1942), pgs. 456-458.

(2). — Preston James, *Latin America*, ed. revista (New York, 1950), pg. 505.

(3). — Uma descrição deste sistema de demarcação, como funcionava na região do Madeira superior, encontra-se em Cândido Mariano da Silva Rondon: *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo Sr. Coronel... no Theatro Phenix do Rio de Janeiro sobre trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegraphica* (Rio de Janeiro, 1916). V. também a edição em inglês, da mesma data, pgs. 117-122.

ta, em épocas determinadas. Quando o seringueiro era suficientemente esperto, ia aumentando, aos poucos, o número de índios a seu serviço e contratava inspetores, muitos dos quais descobriam e espancavam sem perdão aquêles que não satisfaziam as quotas estabelecidas.

Nem todos os seringueiros maltratavam os nativos assim, mas os índios, à procura de vingança, nem sempre faziam distinção entre aquêles que lhes tinham infligido penalidades e aquêles que não o tinham feito. Além disso, os proprietários que mais cruelmente exploravam o trabalho indígena, estavam geralmente bem preparados para se defender contra ataques, ao passo que o seringueiro, que trabalhava sòzinho ou com a ajuda única da família, podia ser surpreendido e subjugado facilmente. Daí não ser estranhável o fato de que os membros da expedição científica "Roosevelt", de 1914, encontrassem os seringueiros do Madeira superior com medo constante de um ataque dos índios. Já o aparecimento inesperado da canoa de Rondon provocou a fuga para o mato de muitos dêsses seringueiros isolados (4).

Nem todos os que se trasladavam do Ceará trabalhavam independentemente. Muitos foram contratados como inspetores por grandes companhias de borracha, cujas operações através de vastos territórios foram controladas de escritórios centrais em Manaus ou nas grandes cidades do litoral. Tais companhias distribuíam altos dividendos aos seus acionistas no país e no estrangeiro. Elas também pagavam impostos pesados ao governo brasileiro. Desta forma, ignorar os métodos desumanos pelos quais índios foram forçados a trabalhar nos seringais, estava no interêsse tanto das fôrças econômicas como do governo.

De acôrdo com a prática geral em tôda a região amazônica, trabalhadores índios e mestiços eram engodados para o serviço das companhias por uma combinação de promessas falsas e crédito fácil sôbre o salário futuro. O índio, desconhecendo o sistema trabalhista do branco, gastava totalmente qualquer adiantamento, sem se dar conta de que se tratava de uma dívida de sua parte. Uma vez endividado, era-lhe quase impossível comprar a liberdade com a mesquinha paga que recebia em retribuição de seu trabalho ou pela venda de quaisquer mercadorias que recebia da companhia em vez de salário. O mestiço do Ceará geralmente caía nas mãos daquelas companhias, le-

(4). — Rondon, *Conferências*. V. também pg. 130, da edição em inglês para um breve relatório sôbre a luta feroz entre seringueiros e índios, no curso superior do Aripuanã, onde se situa a cachoeira de Infernão.

vado pelo desejo de gozar novamente um pouco dos artigos de luxo ou dos vícios que antigamente conhecia, quando vivia fora do sertão amazonense. Também êle aceitava adiantamentos, endividava-se e chegava à conclusão que o único meio, pelo qual podia livrar-se e obter os lucros inicialmente a êle prometidos, era o de aceitar a posição onerosa de inspetor dos índios. Neste papel, seus empregadores esperavam dêle e o forçavam freqüentemente, que punisse os trabalhadores índios, sem clemência, por qualquer forma de preguiça ou revolta (5).

E' difícil dizer se as atrocidades praticadas por funcionários da **Peruvian Amazon Company** contra indefesos trabalhadores indígenas e suas famílias no distrito de Putumaio, uma região de seringueiros no Perú, perto da fronteira do Brasil, igualaram as que aconteceram em território brasileiro; não obstante, elas demonstram até que ponto civilizados podem tornar-se bestiais, quando estão livres de observação e influência de fora e têm à sua disposição os meios para tyrannizar o espírito e o corpo de um povo primitivo. Uma exposição da situação do Putumaio, na Inglaterra, em 1909, por um engenheiro americano, W. E. Hardenburg, foi recebida com publicidade dramática pela imprensa londrina. O fato de que vários súditos coloniais britânicos das Índias Ocidentais estavam entre os trabalhadores escravizados daquela companhia, finalmente provocou uma investigação pelo **Foreign Office**, em 1910, com a publicação subsequente de um Livro Azul consular sôbre o assunto, em 1912 (6).

-
- (5). — Uma breve história sôbre os maus tratos infligidos aos índios na região amazônica pode ser encontrada em Alípio Bandeira, "Discurso pronunciado por Alípio Bandeira na sessão solene de instalação da inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos trabalhadores nacionais no Amazonas", *Coletânea de leis, atas e memórias referentes ao indígena brasileiro*, ed. Humberto de Oliveira (Rio de Janeiro, 1947), pgs. 29-54. Um tratamento mais detalhado de casos efetivos de perseguição indígena na região amazônica encontra-se em Alípio Bandeira, *A cruz indígena: Com a descrição de dolorosos episódios verdadeiros em que os nossos aborígenes têm sido vítimas de inomináveis barbaridades cometidas pelos civilizados* (Pôrto Alegre, 1926).
- (6). — Governo da Grã-Bretanha, *Correspondence Respecting the Treatment of British Colonial Subjects and Native Indians Employed in the Collection of Rubber in the Putumayo District, Presented to Both Houses of Parliament by Command of His Majesty, July, 1912*. Miscellaneous, n.º 8 (1912), (Londres, 1912). V. também Hardenburg, *The Putumayo: The Devil's Paradise* (Londres, 1912). O Livro Azul é um dos pouquíssimos relatórios detalhados e cuidadosamente documentados, em inglês, sôbre os métodos usados por, pelo menos, uma companhia de borracha da região amazônica, para extirpar quaisquer formas de liderança e resistência organizada entre seus trabalhadores indígenas. O leitor familiarizado com as atrocidades seiscentistas na América espanhola, relatadas por Las Casas, encontrará detalhes igualmente lúgubres sôbre torturas e assassinatos por espancamento e afogamento, a tiro, por queimadura e exposição, neste relatório do século XX.

Relatórios cada vez mais freqüentes sôbre fricções, na região amazônica, entre nativos e seringueiros ou companhias de borracha, serviam para chamar a atenção mais intensa do govêrno brasileiro sôbre o problema indígena nas florestas tropicais do Norte. Esta, no entanto, era apenas uma das áreas, onde a perseguição vasta ou a substituição da população nativa estava incomodando a consciência da nação, em 1908.

Plantadores de mate no Oeste e no Sul.

Durante os primeiros anos da República, enquanto a prosperidade da borracha atraía milhares de imigrantes para os sertões setentrionais, limpavam-se largas áreas de terra boa, nos Estados meridionais e ocidentais, para o cultivo de mate, uma forma sul-americana de chá. Por volta de 1910, para mencionar um exemplo, a Companhia Mate-Laranjeira estava arrendando mais ou menos 38.000 quilômetros quadrados da parte sudoeste de Mato Grosso e exportando anualmente cerca de sete mil toneladas de mate (7).

O desenvolvimento rápido desta indústria, depois de 1888, fundava-se em grande parte na atração de antigos escravos das fazendas de café. Em consequência desta oferta fácil de mão-de-obra barata, as plantações de mate se difundiam sôbre território indígena. A vegetação de savana de planalto e arbustos, que antes servia aos nativos como refúgio e território de caça, foi destruída a machado e fogo. Outra vez aquela parte da população indígena, que não foi expulsa da terra ou exterminada na tentativa de conservá-la, perdeu a liberdade de sua economia de caçadores nômades e tornou-se paulatinamente um segmento amargurado e desmoralizado entre os trabalhadores da plantação.

Criadores de gado em Goiás e Mato Grosso.

Durante êste mesmo período, e especialmente depois de 1905, as savanas arenosas do planalto dos Estados centrais de Mato Grosso e Goiás tornaram-se um centro de atração não apenas para os imigrantes das áreas das secas do Nordeste mas igualmente para um grande número de criadores do Rio Grande do Sul, o Estado mais sulino da União.

(7). — Lionel Wiener, "The Railways of Brazil", *Cassier's Magazine: An Engineering Monthly*, XXXIX (abril, 1911), pg. 530. V. também o relatório extenso sôbre a imigração para Mato Grosso e suas consequências sôbre as relações com os índios e o rápido desenvolvimento da industrialização do mate, naquele Estado, o qual apareceu na *Gazeta Oficial* (2, 5 e 7 de abril de 1910) de Mato Grosso. Este jornal será citado posteriormente como *Gazeta Oficial*.

Curiosamente, o que provocou tal migração para o Norte foi a introdução de câmaras frigoríficas nas fábricas argentinas de acondicionamento de carne e nos navios. O comércio de carne congelada, pagando preços mais altos para a qualidade superior, causou a mudança dos centros de gado da indústria de tipo antigo para o Norte, região de terras de pastagem mais barata. Criadores que não se toleravam mais nas planícies do Sul emigraram em massa para o Norte, para o planalto central do país, o qual se tornou o último refúgio da indústria de rebanhos não organizados (**rough-stock**), servindo às fábricas brasileiras de carne seca e extrato. Um fazendeiro perto de Posadas, em 1906, calculou o número de criadores que passavam por sua casa mensalmente em perto de duzentos — na sua maior parte acompanhados por suas mulheres e objetos domésticos e conduzindo éguas, mulas e cavalos na sua frente. Perguntados para onde iam, quase todos responderam que estavam em caminho do Mato Grosso, onde a terra estava barata e onde havia gado para todos (8).

As pastagens que atraíram aquela onda de colonização não eram planuras abertas, como as das Grandes Planícies da América do Norte, mas estavam intercaladas com pedaços de floresta, os últimos refúgios dos índios do interior (9). Isto significava que, na medida em que a savana interrompida absorvia em ritmo crescente criadores com suas famílias, o índio em suas áreas de caça cada vez menores, sentia-se cercado e constrangido, incapaz de locomover-se livremente, como antes, de uma região arborizada para outra. Tal situação nos Estados ocidentais era apenas mais uma ameaça à felicidade futura e à existência pacífica da população indígena da nação.

Fazendeiros imigrantes em terra nova.

A corrente migratória irresistível para as regiões de borraça, mate e gado era complementada, ao mesmo tempo, por

(8). — W. S. Barclay, "The River Paraná: An Economic Survey". *The Geographical Journal*, XXXIII (janeiro de 1909), pg. 32.

(9). — As tribos das regiões altas do oeste de São Paulo e Mato Grosso não eram sempre índios de floresta. Uma tribo pouco conhecida de índios da planície, os *Oti* (não mencionados na secção etnográfica do *Hand-book of South American Indians*, 6 vols.) do "United States Bureau of Ethnology", foi lentamente extinta durante o século XIX, por criadores de gado na parte ocidental de São Paulo. Acredita-se que em 1903 apenas tinha ficado um homem, quatro mulheres e quatro crianças. As vantagens que os brancos poderiam ter obtido por meio de uma aliança com esta tribo, e o relatório trágico da matança desta gente foram apresentados por Nimuendajú (Kurt Unkel), "Das Ende des Oti-Stammes", *Deutsche Zeitung* (São Paulo, 1910). A tradução portuguesa deste artigo, assinada pelo autor, foi reproduzida num estudo recente do assunto, por Herbert Baldus: "Os Oti", *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, VIII (São Paulo, 1954), pgs. 79-92.

um influxo sem precedentes de imigrantes europeus. Vale a pena mencionar alguns dados estatísticos sôbre seu número e as datas de sua chegada, pois uma proporção apreciável dêstes recém-chegados foi para o interior e se estabeleceu em terras nas vizinhanças ou em poder de tribos indígenas hostis à penetração branca.

Outra vez se verá que o período de máximo prejuízo para o índio começou nos últimos anos do Império e chegou ao seu ponto alto por volta de 1908. Pela primeira vez na década de 1880 o Brasil sentiu verdadeiramente a necessidade urgente para aumentar a mão-de-obra. Em conseqüência da abolição da escravatura, em 1888, sem compensação para os proprietários, o velho e tradicional sistema fazendário entrou em colapso temporário. Os antigos escravos, ávidos de começar uma vida nova em ambiente novo, ou se dirigiam às cidades ou encontravam trabalho em alguma lavoura diferente da do café e da cana. Os proprietários de fazendas de café e de cana, antes prósperos, também se mudavam para as cidades grandes e médias do litoral e do interior. O conseqüente declínio na produção e no embarque de café e cana, duas das mercadorias mais exportadas do Brasil, precipitou uma crise financeira que abalou os já frágeis fundamentos do Império. Na sua queda, em novembro de 1889, a jovem República herdou, como uma de suas tarefas mais difíceis, a de insuflar vida nova na economia fazendária falida do país.

Aquêles Estados, cuja estabilidade financeira e política dependia das rendas da exportação de açúcar ou café, adotavam esquemas imigratórios de rapidez forçada para fornecer uma nova fonte de mão-de-obra agrícola. Tais esforços tiveram resultados imediatos, mas ao correr dos anos tornou-se evidente que a procura de trabalhadores rurais, em escala sempre ascendente, não podia mais ser satisfeita apenas pelos órgãos estaduais e particulares. Por isso, uma série de medidas legislativas, a começar em 1906, autorizou um lento retôrno ao contrôle federal das medidas de procura e distribuição dos imigrantes. Esta ação teve como resultado eficiência melhor e uma corrente maior de imigrantes, depois de 1907. De acôrdo com um gráfico de autoria de um renomado geógrafo, Pierre Deffontaines, o número de imigrantes pulou de 58.000 em 1907 para 91.000 em 1908 e continuou ascendente até 1913 (10). Os números têm menos significado do que a tendência para seu crescimento rápido, justamente na época quando o governo bra-

(10). — Pierre Deffontaines, "Geografia Humana do Brasil", *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.º 2 (abril de 1939), pg. 33.

sfleiro estava especialmente preocupado com a maneira impiedosa, pela qual o **habitat** de sua população nativa estava sendo invadido.

Passo a passo, com a satisfação mais urgente da necessidade para a mão-de-obra barata nas fazendas de café paulistas, para substituir os antigos escravos, a corrente imigratória continuava além, entrando em território virgem. Milhares de homens foram induzidos pelo govêrno a estabelecer-se ao longo das linhas ferroviárias “de penetração” e “estratégicas”, na esperança de que sua presença desencorajasse a interferência indígena com o tráfego recém-aberto e de que seu trabalho se originasse logo produção suficiente, para tornar as estradas de ferro um negócio lucrativo. Infelizmente se transferiu aos recém-chegados o ódio profundo, despertado nos nativos pelo avanço ferroviário em suas terras, e assim, em vastas regiões o conflito continuava ao longo das linhas.

Para estimular mais a colonização das assim chamadas regiões “desabitadas”, estabeleceram-se centros de colonização em áreas com solo fértil e relativamente próximas ao transporte ferroviário. Por volta de 1908, o govêrno tinha criado vários, em terras doadas pelos Estados: dois no Paraná, dois em Minas Gerais, e um em cada um dos seguintes Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Três ou quatro Estados, incluindo São Paulo, adiantaram o programa pela criação de centros adicionais, com ou sem ajuda federal. Por volta de maio de 1909, imigrantes tinham sido distribuídos por vinte e seis centros diferentes, onze dos quais estavam diretamente sob a supervisão da União (11).

Se os territórios destinados a vinte e seis novos centros de população tinham sido selecionados por causa da qualidade do solo e da proximidade das linhas ferroviárias, por que então seus respectivos Estados estavam tão prontos a cedê-los? E por que estas terras valiosas ainda não estavam habitadas por brasileiros? Havia, pelo menos, um motivo importante: grande parte das áreas constantes dêste programa estava ainda sob a ameaça de ataques indígenas. Como não havia patrulhas fronteiriças para proteger colonizadores esparsos, aquelas regiões

(11). — *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida no ano de 1908*. 20.º da República. I, pgs. VII-IX, 59 e segs. — Também *Mensagens*, I, pgs. 658-659. Um mapa (1: 2.000.000 kms.), mostrando os centros coloniais de 1910 nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de Minas Gerais pode ser encontrado em Paul Perrin, *Les colonies Agrícolas au Brésil* (Paris, 1912).

distantes, habitadas por índios hostis, quase não tinham valor, até que fôsem colonizadas sob um programa intensivo, capaz de fornecer imigrantes ràpidamente, em número suficiente, para proteger-se de investidas dos índios. Aquêles centros, nascidos sob a iniciativa do govêrno, tinham justamente esta finalidade. Êles representavam uma espécie de “colonização de saturação”, desencorajando a resistência nativa em larga escala. Isto naturalmente forçava a população indígena a retirar-se para terras mais pobres ou a aceitar uma existência miserável numa economia estranha.

Fazendeiros de café em São Paulo.

A ocupação mais intensa das terras, habitadas por índios, ao sul da região amazônica, deu-se em São Paulo e no norte do Paraná, depois de que a fronteira cafeeira se livrou dos efeitos temporariamente estropiantes da abolição e da conseqüente confusão geral, para recomeçar, na década de 1890, sua dinâmica marcha para o Oeste. Com isto se deu um assalto em grande escala às terras indígenas. Milhares de brasileiros estavam na vanguarda da marcha, a qual dependia largamente de imigrantes italianos para o fornecimento de mão-de-obra. Abrindo seu caminho através dos vales arborizados dos rios Mogi Guaçú e Pardo, êles estenderam suas plantações para dentro do território indígena hostil do rio Tietê, onde a construção da Estrada de Ferro Noroeste estava encontrando feroz resistência. Seguindo seu caminho até o rio Paranapanema e, no sudoeste, atravessando a fronteira São Paulo-Paraná, a onda verde dos cafeeiros avançou inexoravelmente (12). A queda do preço do café, em 1905, tal como a da borracha, no ano seguinte, mostrou-se apenas como um revés temporário. Por volta de 1908, o avanço das plantações de café, através da floresta virgem e da savana, tinha-se tornado mais impetuoso que nunca.

Pequenos sitiantes no Paraná e em Santa Catarina.

Nas densas florestas de Santa Catarina e do Paraná central e meridional, o índio foi ameaçado por uma forma igualmente determinada, mas menos grandiosa de avanço frontei-

(12). — A história desta marcha para o Oeste é contada, com diagramas e mapas significativos em Sérgio Milliet, *Roteiro do café e outros ensaios*, 3a. ed. (São Paulo, 1941). V. também Affonso d'E. Taunay, *História do café no Brasil*, 15 vols. (Rio de Janeiro, 1941), dando especial atenção à história econômica do café. Também o leitor encontrará um resumo excelente, em 23 pgs., referente ao crescimento da indústria do café em São Paulo, de 1885 a 1926, complementado por tábuas estatísticas, em Paulo Rangel Pestana, *O café em São Paulo* (São Paulo, 1927).

riço. O clima fresco da região sulina, imprópria para o cultivo de cana ou café, mostrou-se ideal para o tipo de agricultura diversificada que era familiar ao recém-imigrado europeu. Em grande parte por êste motivo italianos e alemães, frequentemente filhos de imigrantes anteriores, dirigiam o avanço para aquela região, assistidos por grupos menores de poloneses e russos. Sós, ou com suas famílias, êstes homens se deslocaram para o Oeste, saindo de centros imigratórios fundados nos dias do Império — de Itajaí, Blumenau, Brusque e Joinville em Santa Catarina, e de Morretes no Paraná. Devagar êles se infiltraram no território indígena, limpando pequenos pedaços de terra e fixando-se ali tenazmente. Seu avanço pertinaz assemelhava-se muito ao dos antigos pioneiros e primeiros plantadores, nos Estados Unidos.

Pelo fato de não terem destruído completamente a floresta e afugentado as tribos indígenas, como fizeram os plantadores na fronteira cafeeira, os colonizadores pertencentes à imigração dos Estados sulinos estavam muito mais expostos a ataques indígenas. Por esta razão exerceram uma pressão cada vez mais forte sôbre as autoridades locais e federais, para obter delas proteção militar, semelhante à que fortes limítrofes e patrulhas de fronteira forneciam nos Estados Unidos. Tal exigência de ajuda militar contra os índios causou desgosto e preocupação ao govêrno brasileiro, o qual, ainda na primeira década dêste século, era adverso a uma tomada de posição na luta entre o índio e o imigrante. Obviamente os esforços colonizadores dos fazendeiros europeus no Paraná e Santa Catarina eram uma contribuição valiosa para o progresso da nação, levando à produção terra virgem, estimulando o desenvolvimento industrial e melhorando as comunicações. Não obstante, o govêrno brasileiro achou difícil ignorar o fato que tais manifestações de progresso eram conseguidas por italianos, alemães, poloneses e russos à custa dos índios relativamente indefesos, os quais não eram menos brasileiros do que os imigrantes que estavam invadindo suas terras.

Emprêsas imobiliárias, comerciantes prósperos e políticos — todos especulando sôbre a valorização das terras por causa da colonização — apoiavam os pedidos dos colonizadores imigrantes, para obter auxílio militar contra ataques indígenas. Ape-los neste sentido eram freqüentes durante a primeira década, nas páginas da imprensa local, como **Der Urwaldsbote**, um seminário publicado em Blumenau, Santa Catarina (13). Os índios, por

(13). — Um artigo mostrando bem essa forma de pressão e acompanhado da descrição de um assalto indígena com o massacre de um ou mais pioneiros ale-

sua parte, antes os únicos ocupantes das florestas meridionais, não tinham possibilidades de apresentar seu lado da história nos jornais ou no Congresso Nacional. Sua única proteção daquela espécie de campanha militar governamental, solicitada pelos imigrantes europeus, era a consciência preocupada da nação e a desconfiança crescente do brasileiro comum para com os colonizadores europeus, os quais freqüentemente se recusavam a aceitar a cultura ou a língua de seu país adotivo (14).

mães ou italianos, assim como de uma denúncia severa da incapacidade governamental para salvaguardar as vidas de seus colonizadores fronteiriços, encontra-se em *Der Urwaldsbote* (edição em português), 17 de outubro de 1909.

- (14). — A tendência do imigrante alemão para agregar-se aos da mesma origem, para manter seus costumes nacionais, para fundar suas próprias igrejas e escolas e nelas pregar e ensinar em sua própria língua, tornou-se bem evidente no Brasil meridional. Em algumas colônias rurais e cidades pequenas, os colonizadores não apenas obtiveram o direito de dirigir os negócios municipais em alemão, mas conseguiram mesmo impor sua própria língua à minoria brasileira. Por estes e outros motivos, os habitantes brasileiros dos Estados sulinos, como muitos funcionários locais, estaduais e federais, tornaram-se gradativamente menos dispostos quanto ao afluxo de imigrantes alemães, depois do começo do século. Sívio Romero, no seu *O Alleanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar* (Rio de Janeiro, 1906), referia-se, à pg. 9, a esta forma de colonização com as seguintes palavras: "Esse desgraçado modo de colonizar constitui o mais sério problema que o Brasil terá de resolver em futuro muito próximo". Uma denúncia poderosa dos colonizadores alemães de Santa Catarina apareceu no *Jornal do Commercio*, edição da tarde, de 14 de junho de 1910, pg. 5, colunas 5-6. "Este Estado está quase inteiramente dominado por alemães, tanto politicamente como comercialmente e industrialmente. Há cidades (em Santa Catarina) que aparecem em mapas alemães sob a designação de Alemanha Antártica" (*Nota do tradutor*: esta citação é retradução do inglês, por não se ter encontrado o referido jornal). Na edição matutina do dia seguinte está: "Os partidários da Alemanha Antártica têm nesse Estado o seu mais legítimo padrão de glórias. Santa Catarina está por tal forma germanizada que a impressão experimental por todos que ali aportam, é de que naquele pedaço do Brasil, os estrangeiros são os brasileiros e jamais alemães, senhores absolutos do Estado!". Um correspondente anônimo escreveu para publicação no *Blackwood's Magazine*, em 1911, as seguintes observações significativas: "Eles (os alemães, pelas razões resumidas acima) apresentam um problema o qual está causando alguma preocupação aos poderes dirigentes da República. Eles estão se arraigando profundamente e motivando suspeitas entre os brasileiros de estarem com ambições incompatíveis com a unidade do país. "Falando sobre as grandes famílias dos alemães, o autor continua: "Há muitos brasileiros que esperam com preocupação o que os alemães farão num futuro talvez não muito remoto. Não estão atemorizados com a vinda do Kaiser com frota e exército, perigo contra o qual sabem que estão protegidos pelos Estados Unidos. Eles têm medo do alemão dentro de sua própria casa". Anônimo, "The Immigrant in South America", *Blackwood's Magazine*, CXK (novembro de 1911), pgs. 608-609. O leitor encontrará provas cabais sobre as ambições econômicas e políticas da Alemanha no Brasil meridional, nas seguintes fontes: Otto Richard Tannenberg, *Gross-Deutschland, die Arbeit des 20. Jahrhunderts* (Leipzig, 1911); Austin Harrison, *The Pan Germanic Doctrine* (Londres e New York, 1904), pgs. 229-290; Frederick William Wile, "German Colonisation in Brazil", *Fortnightly Review*, LXXIX (janeiro de 1906), pgs. 129-130; C. R. Chapman, ed. "German Political Designs with reference to Brazil", *Hispanic American Historical Review*, II (novembro de 1919), pg. 587; Dr. Herman Leyser, um entusiástico viajante alemão,

A recusa constante dos governos estaduais e do federal de fornecer o auxílio militar solicitado pelos imigrantes europeus nas florestas do Paraná e de Santa Catarina, onde se alastrava o perigo indígena, durante as primeiras duas décadas da República, era causada, em grande parte, pela dúvida crescente na mente dos brasileiros a respeito do desêjo do colonizador alemão em conservar sua homogeneidade cultural e racial, e se desta forma êle se tornaria um cidadão tão bom como o índio, na hipótese de se oferecer a êste último a possibilidade de participar pacificamente da vida e cultura nacionais. O avanço do limite das pequenas propriedades, nos Estados sulinos, mais do que qualquer outra forma de penetração, fêz com que os brasileiros pensassem se valia a pena continuar com vantagem a exploração, o deslocamento e o extermínio da população nativa.

Desenvolvimento industrial e mineração.

Em todos os lugares onde a onda imigratória chegou, aumentando rapidamente a densidade da população, as forças da indústria pesada surgiram para completar a conquista do solo pelo homem. Grandes partes da floresta foram destruídas apenas para fornecer dormentes para as estradas de ferro e combustível para as suas locomotivas. Companhias de força e luz construíram barragens através de rios que corriam normalmente, e não se mostraram interessadas, quando águas estagnadas e pestilenciais se represavam em direção a áreas baixas ocupadas pelos índios (15).

Indústrias de mineração desenvolveram-se na medida em que as estradas de ferro possibilitaram o transporte econômico de minerais pesados para as usinas nas cidades litorâneas. Depois de 1903, o Governo Federal apoiou a mineração e o proces-

é citado em tradução como tendo escrito em 1918 ou 1919 sôbre Santa Catarina: "Em nenhum lugar, as nossas colônias, aquêles brotos legítimos da raiz-mãe, são tão promissores como aquí. Atualmente, nestas províncias mais de trinta por cento dos habitantes são alemães ou de descendência alemã, e o índice de seu aumento natural excede largamente o dos portugueses. Certamente, a nós pertence o futuro nesta parte do mundo... Aquí de fato, no Brasil meridional, há um país, onde o imigrante alemão pode conservar sua nacionalidade, onde para tudo que se entenda pela palavra 'Germanismus' sorri um futuro glorioso.")

(15). — Entre os criminosos, estava a Companhia "Light and Power", a qual de acôrdo com um artigo no *Jornal do Commercio*, de 24 de janeiro de 1909, bloqueou um rio navegável, o Pirai, represando-o para um vale que já não tinha boa drenagem.

samento do manganês e do ferro e encorajou a busca do carvão e do petróleo (16).

Para o índio esta exploração dos recursos naturais era uma ameaça aos míseros vestígios de sua reclusão e independência anterior. Deve ter-lhe parecido que o invasor não apenas desejava ocupar as melhores terras mas também destruir o resto. Tais pensamentos não podiam deixar de levá-lo a uma apatia mais profunda ou a uma resistência mais desesperada.

Cangaceiros.

Certas características peculiares da vida fronteiriça durante os primeiros anos da República danificaram mais ainda as relações entre o índio e o pioneiro. A presença e as atividades de certos grupos descontrolados e irresponsáveis resultou num estado de anarquia não limitada a um certo lugar ou Estado. O banditismo, por exemplo, era comum no interior de Goiás, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba e de outros Estados. Grandes bandos itinerantes de saqueadores, conhecidos por cangaceiros, aterrorizavam os habitantes de largas áreas do interior e destruíam as colônias rurais que se recusavam a pagar o resgate que exigiam. Uma forma de gangsterismo vivia e prosperava à custa de proteção cara e “obrigatória” de comunidades isoladas. Relatórios sôbre destruição voluntária e sem piedade de lares e aldeias inteiras, encontram-se no **Jornal do Commercio**, onde tais incidentes de anarquia fronteiriça recebiam atenção crescente de 1908 a 1910 (17). Às vêzes como agentes pagos de “soberanos” locais, outras vêzes chamando-se defensores do pobre contra um regime impopular, os cangaceiros acrescentavam um elemento anárquico à vida de fronteira e, desta forma, ajudavam a criar uma atmosfera de desconfiança e medo no índio em vez de amizade e cooperação.

Mascates.

Um outro elemento fronteiriço, tendente a complicar as relações entre o índio e o branco, no período estudado aqui, foi o negociante sírio, que começou a chegar ao Brasil por volta de 1900 e é designado geralmente por mascate. Dentro de pou-

(16). — O interesse do governo na indústria extrativa é refletido nas mensagens presidenciais ao Congresso (1901-1906), tanto de Campos Sales como de Rodrigues Alves. *Mensagens*, I, pgs. 256, 323, 366, 397.

(17). — Durante o mês inteiro de abril de 1910, o *Jornal do Commercio* publicava artigos referentes a este problema e em parte a massacres completos de pequenas comunidades. V. também um artigo sôbre cangaceiros no *Jornal do Commercio*, edição da tarde, de 5 de maio de 1910, o qual cita casos de assassinato de indivíduos e de famílias em várias partes do interior.

cos anos estava publicando jornais em sua própria língua no Estado de São Paulo e assistindo o serviço religioso em suas próprias mesquitas.

Grande parte desses imigrantes da Síria e do Líbano, logo após a sua chegada ao país, entrava no interior como caixeiro viajante. Trabalhando geralmente aos pares, eles viajavam por largas áreas do interior, oferecendo e negociando suas mercadorias, tanto em aldeias lusas como nas dos índios. Embora se possa estranhar a natureza do seu comércio com os nativos, há certeza de que eles se empenharam nesse trabalho depois de 1910. Antes provavelmente apenas mantinham contacto com as comunidades maiores e mais civilizadas dos indígenas.

Relatórios de missionários protestantes geralmente têm descrito o caráter imoral dos mascates e suas práticas comerciais de exploração como influências más e destrutivas sobre os índios. De acordo com relatórios de testemunhas oculares, os negociantes sírios encorajavam a embriaguês e exploravam a ignorância em quase todos os lugares onde iam (18). Os mascates eram o equivalente brasileiro dos **Indian traders** nos Estados Unidos, os quais vendiam aos nativos aguardente e armas, contrariando todos os regulamentos. Se os mascates tinham ou não uma influência apreciável no agravamento da co-existência pacífica entre índios e brancos no interior, de qualquer forma eles estavam suficientemente em evidência para atrair a atenção imediata, em 1910, do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios. Desde aquele tempo, sociedades missionárias e o S. P. I. têm colaborado para livrar as comunidades indígenas daqueles negociantes irresponsáveis.

Grileiros.

Um dos violadores mais espertos da lei e da ordem, e uma figura típica na linha do avanço do povoamento, era o grileiro, o falsificador de títulos de propriedade. Geralmente foi ele o responsável pela apropriação em larga escala de territórios habitados por índios, pelos fazendeiros de café e pelos agricultores imigrantes dos Estados do centro e do sul. Para entender as operações do grileiro é preciso ter algum conhecimento das leis brasileiras referentes à propriedade, no fim do século XIX e começo do atual.

(18). — "The Immigrant...", *Blackwood's Magazine* (v. nota 14), pg. 609. O leitor encontrará uma descrição menos moralista, embora não necessariamente mais exata, dos mascates num artigo mais recente: Pierre Deffontaines, "Geografia...", *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, (abril de 1939), pgs. 27-29.

Tôdas as terras abandonadas ou não cultivadas, mesmo quando ocupadas por tribos nativas, legalmente pertenciam, durante o período do presente estudo, ao Estado em que se encontravam ou a indivíduos que, por herança, tinham títulos de propriedade, freqüentemente sem valor, referentes a doações de terra, conhecidas por sesmarias. Lembrando-se das velhas capitâneas e das fabulosas doações de terras não reconhecidas, feitas nos dias coloniais e nunca revalidadas durante o Império, pode-se imaginar como eram poucas as áreas não consideradas propriedade particular. Infelizmente para o pequeno sitiante, era quase impossível comprar uma pequena parte destas grandes propriedades. Os proprietários ricos, êles mesmos não muito seguros onde suas terras começavam e onde terminavam, raramente tinham necessidade financeira para vender, nem estavam desejosos de perder o prestígio que acompanhava a propriedade de terras ou as vantagens de uma reserva particular de animais, para suas reuniões de caça (19).

Impedidos também na tentativa de obter a propriedade de um pequeno lote de terra do govêrno, devido à burocracia custosa e complicada, apenas capaz de ser movimentada por meio de subôrno, os colonizadores menos afortunados tornaram-se moradores em terras que dêles podiam ser tiradas em qualquer momento. Nenhuma lei de colonização existia no Brasil para encorajar seu estabelecimento duradouro e o desenvolvimento do solo, embora um projeto para introduzir tal sistema tenha sido apresentado na Câmara dos Deputados em 1903, estando ainda em pauta em 1910. Tudo isto significava, em primeiro lugar, que os índios do interior foram molestados por um grande número de pioneiros e pequenos cultivadores sem propriedade, que constantemente estavam queimando novas áreas de arbustos ou floresta, esgotando-as por métodos descuidados de cultivo e mudando-se sempre numa procura interminável de solo virgem. Em segundo lugar, as condições que militavam contra a compra de pequenas propriedades mantinham grandes áreas do interior à disposição de enormes operações imobiliárias, relativas a vastas terras, apenas habitadas pelos moradores sem direitos ou por índios.

Antes de investigar tais aquisições em grande escala, deve-se chamar a atenção para o fato de que o território em questão, isto é, grande parte das savanas abertas e das densas florestas

(19). — Oliveira Vianna, *Evolução...*, pgs. 130-131. V. também Egon Schaden, "Último livro de Nimuendajú", *Anhembi*, n.º 40 (março de 1954), pg. 95. De acôrdo com Schaden, havia confusão e anarquia em tôdas as partes da lei de propriedade, nesta época.

do oeste de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, legalmente não estava à disposição nem da colonização nacional nem da estrangeira. Pela lei de ocupação anterior ou atual, estas terras pertenciam aos índios. Por sanção legal, ou pertenciam aos Estados ou a indivíduos que não as usavam produtivamente ou não se dispunham a vendê-las. Como grande parte destas terras não podia ser comprada legalmente de indivíduos, ou facilmente dos governos estaduais, elas tinham que ser tiradas com violência tanto dos seus proprietários legais como dos índios, que as exigiam como sendo sua morada ancestral. Sendo assim, o avanço das fronteiras do Brasil central e meridional durante a República representava um colossal roubo de terras.

O grileiro ajudava a tornar possível a transação fraudulenta, ocupando-se dos aspectos judiciais do problema. Ele tirava marcos de divisas de suas localizações certas ou mesmo os destruía. Alterava cursos de água, no mapa ou na própria terra. Como prova de propriedade aparecia com decisões de juízes imaginários e assinaturas de testemunhas inexistentes. Utilizava-se de selos falsos ou sem valor e produzia falsificações de documentos antigos. Na medida em que lhe era possível roubar a terra por estas práticas desonestas, vendia-a em grandes áreas a fazendeiros de café, ou, nos Estados do sul, a dividia, para vender a pequenas companhias imobiliárias ou a corajosos sitiantes imigrados. E cinco ou dez anos mais tarde, cafeeiros ou pés de milho cresciam entre os troncos carbonizados daquilo que antigamente tinha sido morada e território de caça dos índios (20).

Bugreiros.

Os bugreiros, caçadores profissionais de “bugres” ou selvagens, por sua vez, auxiliavam a completar o roubo de terras em grande escala. Sua tarefa era remover os índios de suas áreas ilegalmente apropriadas pelo grileiro. Em alguns casos, bugreiros eram imigrantes recentemente chegados da Europa. Mais freqüentemente eram mestiços renegados. Embora geralmente recrutados nas camadas mais baixas da sociedade fronteiriça, alguns bugreiros eram cidadãos respeitáveis que se aproveitavam de tôdas as oportunidades que apareciam para vingar-se da perda de suas famílias ou dos seus amigos em saltos anteriores dos índios.

(20). — Monteiro Lobato, *A onda verde*. (São Paulo, 1922), pgs. 11-18.

E' difícil acreditar nas histórias que se contam sôbre êstes matadores empreitados. Existem, porém, provas cabais sôbre as suas atividades brutais na fronteira das fazendas de café em São Paulo e nas das pequenas propriedades em Santa Catarina. Freqüentemente, a serviço de grandes emprêsas imobiliárias, chefiavam expedições contra tribos hostis de índios, que se opunham ao reconhecimento e à colonização de terras recém-adquiridas. Depois, quando a ocupação da área pelo branco tinha feito progresso, os bugreiros foram empregados como guias ou dirigentes de pequenos grupos de uma a três dúzias de colonizadores, ávidos em vingar o último ataque indígena sôbre sua comunidade ou sôbre o lar de um vizinho isolado. Embora podendo-se comparar ao índio no conhecimento íntimo da floresta, e apesar de que caminhassem com fuzis de repetição, êles evitavam combate aberto e geralmente procuravam surpreender suas vítimas no sono (21).

Detalhes de tais expedições serão abordados mais adiante; como se verá, a intromissão dêles no debate acalorado da questão indígena, em 1909, contribuiu para uma onda de indignação pública.

Meios mais encobertos, mas igualmente eficazes no extermínio dos índios foram às vêzes empregados. Publicações em jornais e um relatório oficial para o Ministro da Agricultura dão conta do fato de que, especialmente no Estado de São Paulo, os bugreiros não se mostravam contrários a envenenar a água potável dos nativos e a deixar roupa contaminada com germes de varíola nos arredores de aldeias índias (22). Em nenhum lugar, em 1908, o conflito entre nativos e brasileiros era mais amargo do que nas florestas ocidentais de São Paulo e Santa Catarina, onde grileiros e bugreiros estavam limpando as terras para o avanço das fronteiras.

A resistência dos índios às muitas formas de invasão e perseguição já descritas, por volta de 1908, tinha visivelmente retardado a expansão econômica do Brasil e ameaçado a continuação da existência das tribos nativas no interior. Tal situação

(21). — Oliveira Viana, descrevendo o bugreiro, escreveu: "O mameluco antigo assalta para escravizar; o de hoje, mais cruel e positivo, é meramente exterminador. *"Evolução"*, pg. 130.

(22). — Um relatório sôbre uma missão para envenenar os suprimentos de água de diversas aldeias indígenas, acrescentado de um breve resumo dos resultados horripilantes, está no *Diário Popular* de São Paulo (abril de 1888). Uma referência sôbre o envenenamento de água e a difusão de varíola encontra-se em José Barbosa Cavalcanti, *Exposição sôbre a requisição dos oficiais do exército postos à disposição daquele Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais* (Rio de Janeiro, 1912), pg. 19.

era suficientemente crítica para exigir medidas urgentes, numa base humanitária e territorialmente ampla, para tratar do problema indígena.

No Brasil meridional e nas florestas de seringueiras do Norte, como também nos limites do avanço das fazendas nos estados centrais, a exploração e o extermínio dos nativos tinham assumido proporções de crise, e não havia motivo para se pensar numa melhora rápida da situação. As terras virgens e os recursos não explorados da ampla planície do interior atraíram em ritmo crescente fazendeiros, criadores, trabalhadores agrícolas e seringueiros para as terras ocupadas pelos índios, onde era quase inevitável o conflito. Além disso, a nação estava envolvida num desêjo sem precedentes de aprender mais sobre todos os recantos misteriosos de seu vasto território e sobre as culturas de suas tribos indígenas mais isoladas. Quando geógrafos e etnólogos abriam caminho para as regiões remotas, eles também perturbavam e antagonizavam os aborígenes e provocavam neles hostilidade aberta.

Nunca a nação esteve tão desejosa ou tão bem preparada financeira e tecnicamente para desenvolver seus ricos recursos de terra, mas tal desenvolvimento exigiu ou a cooperação do índio ou seu afastamento das regiões que deviam ser exploradas. Infelizmente a tarefa de obter a confiança e amizade do nativo demandava tempo. Extermínio parecia um caminho mais rápido e mais seguro, para impedir qualquer oposição presente e futura. O massacre de índios que constituíam uma ameaça ao avanço do branco tornou-se prática normal através da maior parte do Brasil. Assim, perdas de vida caracterizavam o progresso hesitante nas obras da Estrada de Ferro Noroeste e da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em 1908. No mesmo ano os preços da borracha e do café subiram novamente, provocando uma nova prosperidade especulativa e estimulando uma nova corrida de terras nas regiões cafeeiras e de borracha, a qual apenas podia resultar em mais exploração, deslocamento e extermínio dos indígenas.

Grupos de pressão alemães e italianos, em São Paulo e nos Estados meridionais, exigiam, em 1908, proteção estadual e federal para seus patrícios que estavam tentando estabelecer-se em terras infestadas por índios. Tornou-se difícil adiar uma ação do governo, em vista de um aumento de 50 por cento de imigrantes em relação ao ano anterior e de indicações de imigrações ainda mais maciças nos próximos anos.

Sem dúvida o índio se tinha transformado num problema nacional, por volta de 1908. Quase todos os ministérios do go-

vêrno federal estavam implicados em algum aspecto da questão das relações com os índios. Mesmo assim, não existia nenhum departamento central, cuja função essencial fôsse a de chegar às raízes do problema. Embora a administração republicana, em 1908, subsidiasse com pouca vontade algumas missões católicas nos limites do território hostil dos índios, isto difficilmente se poderia chamar um programa nacional. Entre os dirigentes no govêrno, como também na imprensa, havia um reconhecimento geral do problema, mas não havia nenhum esforço positivo e amplamente aceito para sua solução. Parecia quase que o Brasil, em setembro de 1908, estava inevitavelmente resignado ao extermínio gradual de suas tribos indígenas hostis.

(Continua nos próximos números).

DAVID HALL STAUFFER

Da Universidade do Texas e, atualmente, do "Department of State" dos Estados Unidos da América do Norte.